

Título do congresso: O Impacto do Big Data e da Inteligência Artificial

Título do trabalho: Análise dos ativos intangíveis e do Valor Acrescentado Bruto na indústria portuguesa do vestuário

Contabilidade financeira e controlo de gestão

Autorizamos a publicação do texto completo da comunicação

Apresentação sem discussant

Resumo

A presente investigação tem como objetivo analisar a relação entre o Valor Acrescentado Bruto (VAB) e os Ativos Intangíveis no setor têxtil português (subsetor indústria do vestuário), no período de 2010 a 2017, tendo em consideração a dimensão da empresa.

A metodologia adotada na investigação empírica é de natureza quantitativa, tendo por base a estatística descritiva e inferencial, com particular ênfase na análise bivariada através de coeficientes de correlação linear. No tocante à metodologia utilizada na revisão da literatura assenta numa pesquisa bibliográfica.

Os resultados empíricos na estatística descritiva indicam que podemos tomar como representativas as médias amostrais do VAB e dos ativos intangíveis. Ao estratificarmos a análise por dimensão de empresa, no VAB as médias amostrais são representativas não se verificando o mesmo para os ativos intangíveis.

Na análise inferencial concluímos que as correlações são estatisticamente significativas, ou seja, que existem relações positivas entre o VAB e os ativos intangíveis e entre o VAB e os ativos intangíveis nas médias empresas, no subsetor indústria do vestuário.

Esta investigação original pretende ser um contributo para as comunidades académica e empresarial possibilitando um conhecimento adicional das relações entre os ativos intangíveis e o VAB, no período pós definimento da fileira têxtil (entre 2002 e 2009) e entrada em vigor do SNC (2010) para o subsetor da indústria do vestuário.

Palavras-chave: VAB, ativos intangíveis, têxtil

Abstract

The aim of this research is to analyze the relationship between Gross Value Added (GVA) and Intangible Assets in the portuguese textile sector (clothing industry subsector), from 2010 to 2017, taking into account the dimension of the company.

The methodology adopted in the empirical research is quantitative, based on descriptive and inferential statistics, with particular emphasis on bivariate analysis using linear correlation coefficients. The methodology used in the literature review is based on bibliographical research.

The empirical results in descriptive statistics indicate that we can take the sample averages of GVA and intangible assets as representative. When we stratify the analysis by company dimension, the sample averages for GVA are representative, but this is not the case for intangible assets.

In the inferential analysis, we concluded that the correlations are statistically significant, i.e. that there are positive relationships between GVA and intangible assets and between GVA and intangible assets in medium companies in the clothing industry subsector.

This original research aims to be a contribution to the academic and business communities by providing additional knowledge of the relationship between intangible assets and GVA in the period following the

collapse of the textile industry (between 2002 and 2009) and the entry into force of the SNC (2010) for the clothing industry subsector.

Keywords: GVA; intangible assets, textile

1. Introdução

A partir de 1995 com a transformação do *General Agreement on Tariffs and Trade* em Organização Mundial de Comércio (OMC) inverte-se a tendência protecionista registada no setor têxtil e vestuário, e inicia-se o desmantelamento progressivo do Acordo Multifibras e a aplicação faseada do Acordo sobre têxteis, que liberalizou o comércio internacional do têxtil e vestuário. Em 2001 com a entrada da China na OMC o desequilíbrio comercial na Europa agravou-se, afetando negativamente as empresas nacionais. Entre 2001 e 2008 ocorreram outros fatores externos: a adesão de Portugal ao euro, o alargamento da União Europeia (UE) a Leste e a crise económica e financeira internacional, que contribuíram para uma intensa contração da atividade das empresas do setor têxtil e vestuário (Direção Geral das Atividades Económicas, DGAE, 2018). A partir de 2010 verificou-se uma forte recuperação da atividade industrial, baseada na conjugação de diversos fatores, especialmente, o *know-how* industrial, a inovação tecnológica, o design, etc., apoiada por diversos centros de competências, o que permitiu um crescimento sustentado da atividade industrial (DGAE, 2018). De acordo com a DGAE (2018) as empresas do setor dispõem de departamentos de I&D e áreas criativas, com designers têxteis e de moda para promover a inovação, ou colaboram com o sistema científico e tecnológico nacional - universidades e centros tecnológicos, de forma a possibilitar a transferência de conhecimento e de tecnologia para as empresas.

Na comunicação da Comissão Europeia (2010), Europa 2020 Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, relativamente ao crescimento inteligente, refere que a Europa tem de atuar nas áreas da inovação, da educação, formação e aprendizagem ao longo da vida e da sociedade digital.

Segundo a análise setorial ao têxtil – fabricação de têxteis e indústria do vestuário – do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI, 2022) o setor têxtil projeta para 2025 um cenário ambicioso. Para a sua realização aposta em 5 *drivers*: Conhecimento e Capacitação; Design; Tecnologia; Internacionalização e Sustentabilidade. No cerne deste processo está uma estratégia industrial fortemente assente no mercado único que permita às empresas inovarem e desenvolverem novas tecnologias ao mesmo tempo que reforçam a circularidade e criam mercados.

Desde o dia 1 de janeiro de 2010 que as empresas portuguesas aplicam o novo normativo contabilístico: o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), baseado nas normas do *International Accounting Standards Board* (IASB) adotadas na UE, garantindo a compatibilidade com as diretivas contabilísticas comunitárias.

Com base na pesquisa bibliográfica efetuada verificamos que: o VAB tem sido objeto de estudo na área da economia, McGrattan (2017) investiga o impacto dos ativos intangíveis em dados agregados e ao nível da indústria nos EUA, Pereira *et al.* (2022) estudaram a relação dos ativos intangíveis e do VAB no subsector

fabricação de têxteis e Gumbau-Albert & Maudos (2022) estudaram em que medida os ativos intangíveis explicam o crescimento do PIB em Espanha.

Consideramos pertinente a realização de uma investigação que permita averiguar se existe uma relação entre o VAB e os ativos intangíveis no subsetor indústria do vestuário do setor têxtil português, após 2010, preenchendo o gap na literatura nacional sobre este tema.

A ausência de investigações nos temas investigados constitui uma limitação à presente investigação, não permitindo efetuar a comparação de resultados com outros estudos.

Face ao exposto formulamos o problema de investigação: o investimento/desinvestimento da indústria do vestuário em ativos intangíveis está relacionado com o crescimento/decrescimento do VAB nesse subsetor do setor têxtil português?

A presente investigação tem como objetivo analisar a relação entre o VAB e os ativos intangíveis no subsetor indústria de vestuário no período 2010 a 2017 tendo em consideração a dimensão da empresa.

Esta investigação permite às comunidades académica e empresarial saberem se após o declínio (período 2002-2009) do setor têxtil os investimentos/desinvestimentos em ativos intangíveis efetuados pelas empresas portuguesas num subsetor do têxtil estão associados ao VAB.

O presente artigo encontra-se estruturado em seis seções. Na seção 1, apresenta-se o tema, a justificação da escolha do tema e do objeto de estudo, o problema de investigação e o objetivo da investigação. Na seção 2 efetua-se a revisão da literatura sobre VAB e ativos intangíveis. Na seção 3 introduz-se a metodologia de investigação e na seção 4 apresentam-se os resultados empíricos e a sua discussão. Finaliza-se o artigo com as conclusões (seção 5) e referências bibliográficas utilizadas (seção 6).

2. Revisão da literatura

Efetuamos nesta secção a revisão bibliográfica relativa ao VAB e aos ativos intangíveis.

2.1 Valor acrescentado bruto

Figueira (2005) verificou um impacto positivo e significativo da formação profissional na produtividade dos trabalhadores do setor hoteleiro da Madeira, e a existência de uma relação positiva e significativa entre investimento em formação e VAB do setor, extensível a toda a economia da região.

Aparaschivei *et al.* (2011) observaram impacto positivo e significativo entre VAB e investimento, no estudo sobre as atividades económicas como a intermediação financeira e a indústria na Roménia.

Rodrigues (2012) conclui que o VAB das maiores empresas da fileira florestal em Portugal tem um contributo significativo para o PIB e Balança Comercial.

Correia e Costa (2016) constatarem um aumento significativo do VAB, na sequência da atribuição de fundos Europeus destinados a corrigir desequilíbrios regionais no tecido empresarial, incrementando a competitividade.

Pereira *et al.* (2017) concluem que o comportamento do VAB, varia consoante a estrutura económica dos setores e com influência nas assimetrias de desenvolvimento regional.

McGrattan (2017) investiga o impacto dos ativos intangíveis em dados agregados e ao nível da indústria nos EUA e conclui que as mudanças na mensuração do VAB, que não inclui todos os investimentos intangíveis, subestimam as alterações efetivas na produção total.

Almeida (2018) concluiu por uma relação positiva entre transporte aéreo e desenvolvimento regional, resultando acréscimos de 1% no VAB e de 10% nos passageiros.

Leite (2021) confrontou o VAB dos países da EuroMed em 2019, e concluiu que França, Itália e Espanha são os países que possuem valores mais elevados de VAB na totalidade e no comércio por grosso e a retalho, transportes, alojamento e restauração.

Pereira *et al.* (2022) concluíram que os resultados apontam para uma forte correlação entre o VAB e os ativos intangíveis no setor têxtil (fabricação de têxteis) em toda a sua dimensão bem como entre o VAB e I&D em toda a fileira, na fabricação de têxteis.

Gumbau-Albert & Maudos (2022: 361) na sua investigação concluem que os ativos intangíveis explicam 14,3% do crescimento do VAB de Espanha, dos quais 9,4 pontos percentuais (pp) correspondem aos ativos incluídos no VAB (software, I&D e direitos de propriedade intelectual) e 4,9 pp (despesas de design, publicidade, estudos de mercado, formação dos trabalhadores formação dos trabalhadores e melhoria da estrutura organizativa das empresas).

2.2 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis têm vindo a revelarem-se cruciais para a manutenção da vantagem competitiva da empresa e a serem o fator crítico de sucesso, e baseiam a sua especificidade na qualidade, ou seja, no *stock* de conhecimento indutor do progresso técnico e da inovação (Silva, 2014).

O relato financeiro não consegue fornecer uma representação abrangente dos ativos intangíveis (Stolowy e Jeny-Cazavan, 2001) e muitos ativos intangíveis ainda não são reconhecidos nas demonstrações financeiras (Barth *et al.*, 2000).

2.2.1 Caracterização e tipologia dos ativos intangíveis

De acordo com Ashoka *et al.* (2020) as *International Financial Reporting Standards / International Accounting Standards* (IFRS/IAS) fornecem diretrizes abrangentes e consistentes para o reconhecimento, mensuração e divulgação das transações financeiras, e também incluem diretrizes para os ativos intangíveis.

Segundo Lopes (2009) os intangíveis na literatura contabilística são designados de ativos intangíveis, na literatura de gestão de capital intelectual e na literatura económica de ativos do conhecimento.

Wyatt (2008) organiza os intangíveis em três categorias que exibem os recursos da empresa: recursos tecnológicos (despesas de I&D e propriedade intelectual relacionada), recursos humanos (capital humano), recursos de produção (marcas, lealdade dos clientes) e vantagens competitivas (goodwill).

Para Perez e Famá (2006) os ativos intangíveis são ativos de natureza permanente, sem existência física e que, à disposição e controlados pela empresa, sejam capazes de produzir benefícios futuros.

Segundo Cañibano *et al.* (2000) existe uma enorme diversidade de definições para os ativos intangíveis; se os intangíveis estão propensos a benefícios futuros, por que razão não há um acordo na sua definição ou por que razão a profissão de contabilista não tem talento para captar integralmente o seu potencial e consente numerosas análises e interpretações?

De acordo com Lopes (2013) o normativo ao definir os critérios de enquadramento (identificabilidade, controlo, benefícios económicos futuros) e de reconhecimento (probabilidade de os benefícios económicos futuros serem atribuíveis ao ativo e fluírem para a entidade, bem como a fiabilidade na mensuração do ativo) incutem ordem e disciplina na prática contabilística.

Um ativo intangível só deverá ser reconhecido como ativo no balanço, se reunir as condições estabelecidas para a sua definição e se satisfizer os critérios definidos para o seu reconhecimento, ou seja, proporcionar prováveis benefícios económicos futuros e ter um custo que possa ser mensurado com fiabilidade (Lim *et al.*, 2020; Rodrigues, 2022; Silva *et al.*, 2017).

Contabilisticamente nem todos os itens (ativos) descritos podem vir a ser reconhecidos, isto é, nem sempre é possível assegurar as condições exigidas pelos normativos para o seu reconhecimento como um ativo nas demonstrações financeiras, onde constam os seguintes requisitos: identificar cada um desses elementos, assegurar o controlo sobre os mesmos, assegurar a possibilidade de através da sua posse gerar benefícios económicos futuros, e imputar-lhes um valor fiável (Rodrigues, 2003).

Para que o ativo seja considerado identificável tem que ser separável, ou seja, individualmente ou em conjunto seja capaz de ser separado ou dividido da entidade, para que possa ser vendido, alugado ou trocado; e resultar de direitos contratuais ou de outros direitos legais, independentemente desses direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações (Castro, 2015).

Segundo Silva *et al.* (2016) a identificabilidade está relacionada com a sua separabilidade face aos outros ativos detidos por uma empresa e, por isso, ser possível de realização independente da totalidade do negócio (ou goodwill). Um ativo intangível também é identificável quando resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, quer esses direitos sejam transferíveis quer sejam separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações. A separabilidade é uma condição indispensável, ainda que não suficiente para a identificabilidade de um ativo intangível.

Segundo Basu e Waymire (2008) existe um desacordo substancial sobre o valor do reconhecimento em separado dos ativos intangíveis.

De acordo com Johnson *et al.* (2021) o reconhecimento separado dos ativos intangíveis fornece informações úteis para a tomada de decisões sobre o montante, o momento e a incerteza dos fluxos de caixa futuros.

King *et al.* (2019) concluem que o reconhecimento separado dos intangíveis é especialmente útil quando os ativos intangíveis constituem a principal fonte de benefícios de uma compra.

Para Silva *et al.* (2016) o controlo do ativo intangível representa o poder de obter benefícios económicos futuros que fluam para a entidade e que o acesso ao mesmo possa ser restringido a terceiros (proteção através de direitos legais).

Para Cañibano *et al.* (2000) o controlo é a capacidade que a entidade possui para exercer os seus direitos, e a possibilidade de reclamar legalmente direitos ou serviços (Castro, 2015).

Os benefícios económicos futuros para Silva *et al.* (2016) são um dos requisitos da definição e reconhecimento de um ativo intangível, podendo incluir réditos de venda de produtos ou serviços, poupanças de custos, ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela empresa.

A dificuldade, por vezes, em identificar e avaliar a descoberta de um ativo intangível, revela-se de enorme importância pela possibilidade de gerar benefícios económicos futuros (Tulvinski, 2019).

A probabilidade dos benefícios económicos futuros fluírem para a organização e o seu valor fielmente determinado são condições fundamentais para o seu reconhecimento (Lopes, 2013).

De acordo com Silva (2014) uma entidade deve avaliar a probabilidade de benefícios económicos futuros esperados, usando pressupostos razoáveis e sustentáveis, que representem a melhor estimativa do conjunto de condições económicas que existirão durante a vida útil do ativo, efetuando um juízo de valor com base na evidência disponível à data, privilegiando a informação obtida externamente.

Enquanto as condições previstas na NCRF 6 para a capitalização não se verificarem, os dispêndios terão de ser reconhecidos como gastos do período. De notar, quando subsequentemente se cumprirem as condições para capitalização, os gastos reconhecidos em períodos anteriores não podem ser reclassificados para o ativo (uma vez gastos, sempre gastos); apenas os dispêndios subsequentes serão objeto de capitalização. Trata-se de uma regra que poderá ser fortemente contestada pelos gestores, porque em determinadas indústrias, quando o projeto se qualifica para reconhecimento, os dispêndios subsequentes serão de montantes irrisórios (Rodrigues, 2022).

Para Clausen & Hirth (2016) em geral, o reconhecimento e a mensuração na contabilidade é um debate de longa data sendo superado pelo reconhecimento e mensuração dos intangíveis.

De acordo com Høegh-Krohn & Knivsflå (2000) verificam-se diferenças insignificantes no reconhecimento e mensuração dos ativos intangíveis, quando comparamos as normas contabilísticas escandinavas, as normas do Reino Unido (ASB), as normas dos EUA (GAAP) e as normas internacionais (IAS), presumivelmente porque todas elas são dominadas pela prática contabilística anglo-saxónica, centrada no mercado de capitais como principal utilizador da informação das demonstrações financeiras.

Russell (2017) verificou que após a introdução das IFRS na Austrália ocorreram alterações significativas no reconhecimento de ativos intangíveis em simultâneo com a emissão de ações; e que a associação entre os benefícios económicos e os ativos intangíveis mudou após as IFRS.

De acordo com Høegh-Krohn & Knivsflå (2000) ao avaliar se os ativos intangíveis são reconhecidos como recurso ou gasto, devem considerar-se as características únicas desses ativos, que são relevantes: (1) têm poucos ou nenhuns usos alternativos, uma vez que muitos intangíveis são específicos de uma empresa e

difíceis de utilizar por outras; (2) problemas com, ou mesmo ausência de, separabilidade, uma vez que muitos intangíveis só têm valor em combinação com ativos tangíveis; (3) dificuldades em determinar se o ativo originalmente registado está a ser mantido ou se um novo ativo o está a substituir gradualmente; e (4) maior incerteza sobre se os seus custos irão gerar benefícios económicos futuros.

A investigação de Lonnqvist (2002) descreve as razões para o reconhecimento dos intangíveis como gastos: inexistência de um mercado ativo onde se possa avaliar o seu valor; numerosos intangíveis são únicos e, por isso, não são possíveis de avaliação; o custo histórico não é um indicador fiável de valor; muitos intangíveis são interdependentes, um pode não ter valor se outro falhar.

Segundo Rodrigues (2003) grande parte dos ativos intangíveis detidos pelas empresas não são reconhecidos nas demonstrações financeiras por falta de condições e instrumentos adequados para serem identificados e mensurados de forma fiável. O não reconhecimento de ativos intangíveis nas demonstrações financeiras afeta a tomada de decisões económicas dos *stakeholders* por deficiente informação disponível.

Segundo Rodrigues (2022) os ativos intangíveis em Portugal é a área mais afetada por reconhecimento indevido de ativos por diferentes razões, desde a maquilhagem das contas até às consequências de projetos de investimento subsidiados, levando muitas empresas a procederem à inclusão nos ativos intangíveis de ativos que não qualificam como tal, ou poderão qualificar como ativos que estarão sobreavaliados.

De acordo com a OCDE (2006) a dificuldade existente na avaliação de alguns ativos intangíveis originam o não reconhecimento, que associado à sua crescente criação de valor, traduz-se numa perda de importância das demonstrações financeiras e do valor destes ativos para os investidores.

Aboody e Lev (2000) concluíram que a capitalização do custo dos programas informáticos é relevante em termos de valor; está associada a ganhos futuros e é relevante para auxiliar os investidores a tomar as suas decisões económicas.

Os resultados da investigação de Bialek-Jaworska (2016) demonstram que as empresas têm maior probabilidade de capitalizar os custos de investigação e desenvolvimento quando emitem ações.

Para Lev & Sougiannis (1999) os custos de investigação e desenvolvimento originam benefícios económicos futuros para as entidades.

Segundo Johanson *et al.* (2001) uma das principais dificuldades na gestão de intangíveis é a ausência de informações financeiras confiáveis sobre intangíveis. Para poder gerir melhor um recurso, é necessário poder mensurá-lo (Liebowitz e Suen (2000)).

Para (García-Merino *et al.*, 2011) as entidades que estão mais interessadas na valorização dos seus intangíveis, por razões externas, necessitam de disponibilizar informações aos utilizadores sobre a sua capacidade de gerar rendimentos futuros.

Kallapur e Kwan (2004) demonstram que existe uma relação complementar entre a relevância do valor e a fiabilidade da informação sobre os ativos intangíveis, nomeadamente as marcas.

Segundo Dahmash *et al.* (2009) a relevância do valor está sujeita à fiabilidade do valor da informação sobre os ativos intangíveis no relato financeiro para cumprir as condições dos utilizadores.

Na contabilidade a mensuração origina debates acesos e as investigações realçam as vantagens, desvantagens, utilidade, aplicabilidade das bases de avaliação das estruturas utilizadas para indicar a posição financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira das entidades (Elbannan & Elbannan, 2015).

Yao *et al.* (2015) investigaram o modelo de reavaliação dos ativos intangíveis em correlação com os honorários de auditoria; e revelou que o justo valor dos ativos utilizados no modelo de reavaliação conduz a honorários de auditoria mais elevados, quer reduzindo a eficiência da auditoria, quer aumentando o risco de auditoria devido a problemas de agência amplificados.

Alguns ativos podem ser mensurados com mais precisão com base na contabilidade pelo justo valor, enquanto outros podem ser melhor mensurados com base no custo histórico (Pozen, 2009).

Para García-Merino (2011); Goodwin *et al.* (2008) e Høegh-Krohn & Knivsflå (2000) a teoria contabilística e os profissionais reconhecem que as características dos recursos intangíveis podem, em circunstâncias particulares, exigir um tratamento diferente e mais prudente, nomeadamente porque o valor recuperável dos intangíveis é menos fiável do que o de outros ativos.

Para Basu & Waymire (2008) a desigualdade entre o valor de mercado e o valor contabilístico das entidades não deve ser explicada pelo não reconhecimento de intangíveis nos relatórios financeiros, mas sim por alterações no valor de intangíveis económicos não contabilísticos, tais como melhoramentos no funcionamento do governo e o impacto da desregulamentação nos intangíveis e nos mercados.

Segundo Pastor *et al.*, (2017) é necessário encontrar um acordo e estabelecer um consenso na valorização dos ativos identificáveis, dos ativos de conhecimento e do capital intelectual (humano, estrutural e relacional).

De acordo com Ittner (2008) a maioria dos artigos publicados são normativos e provêm poucas ou nenhuma provas sobre os benefícios das técnicas de mensuração aplicadas aos ativos intangíveis, e conseqüentemente, é fundamental que os avaliadores agrupem os ativos intangíveis tendo em consideração as mensurações financeiras e não financeiras.

Segundo Bandeira (2010) os ativos intangíveis encontram-se subavaliados e são uma importante vantagem competitiva das empresas, verificando-se um diferencial entre o valor contabilístico e o valor de mercado.

Segundo Wyatt (2005) a base contabilística de mercado é cada vez mais defendida para a contabilização e o relato dos ativos intangíveis.

Para Biondi & Reberieux (2012) a contabilidade e o relato financeiro devem ter em consideração os preços de mercado como referência para reconhecer os intangíveis nas demonstrações financeiras e nas divulgações. De acordo Nichita (2019) não existe consenso nos investigadores quanto à definição, critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação referentes aos ativos intangíveis, mas reconhecem a contribuição importante destes ativos para impulsionar a competitividade, o desempenho e os lucros das empresas.

Para Alves e Pascoal (2017) um adequado reconhecimento, mensuração e divulgação da informação que reflita a situação económica da empresa faz com que a contabilidade seja útil para a tomada de decisão.

De acordo com Rua *et al.* (2017) a informação existente sobre os ativos intangíveis e divulgada ao exterior é escassa, devendo-se em grande parte, aos restritivos requisitos estabelecidos pelas normas de contabilidade

para o reconhecimento como ativo dos investimentos realizados pelas empresas em elementos de natureza intangível.

Não permitindo as normas de contabilidade o reconhecimento de alguns ativos intangíveis, Ledoux e Cormier (2013) sugerem a divulgação voluntária, pois trata-se de informação relevante para os investidores e preenche uma lacuna nos relatórios financeiros e nas necessidades de avaliação do mercado.

A capacidade de inovação, a capacidade intelectual dos colaboradores, as competências internas, as patentes, as marcas, as relações com os clientes são elementos identificáveis que devem ser considerados na avaliação de uma empresa, todavia, as empresas não lhes atribuem relevância suficiente ao não divulgarem esta informação nos seus relatórios e contas anuais (Dumitrescu, 2012).

Ho *et al.* (2023) verificaram que as empresas durante o período da amostra (2005-2010) optaram por não fornecer divulgação alternativa ou substituta nas demonstrações financeiras ou noutro ponto do relatório anual. Este acontecimento é surpreendente, dada a evidência anterior da literatura sobre relevância do valor, de que as divulgações relevantes para o valor dos intangíveis gerados internamente estão correlacionadas com o valor da empresa e são presumivelmente informativas para os investidores.

De acordo com Appleton *et al.* (2023) o debate sugere que a atenuação da diferença entre valor contabilístico e o valor de mercado pode exigir revisões de certos aspetos da estrutura concetual, tais como a definição de ativo, os princípios de reconhecimento e os princípios de mensuração. Poderá também exigir uma reconsideração fundamental do objetivo do relato financeiro. No entanto, o fosso crescente entre o valor de mercado e o valor contabilístico pode não indicar a necessidade de um maior reconhecimento. Em vez disso, a divulgação pode servir para transmitir informações úteis para a tomada de decisões sobre itens intangíveis.

2.2.2 A importância dos ativos intangíveis para as empresas

Segundo Cañibano (2018:1) “os ativos intangíveis são hoje os mais importantes geradores de valor de negócios e origem de vantagem competitiva”.

Os ativos intangíveis constituem uma vantagem competitiva, tornando-se indispensável mensurá-los corretamente e homoganeamente, com vista a que os *stakeholders* da informação financeira retirem as mesmas conclusões não adulterando as tomadas de decisão (Garcia-Ayuso, 2003).

Segundo Silva, Rua e Quesado (2017) os ativos intangíveis face aos tangíveis tendem a fomentar a riqueza, devendo as empresas e os investidores considerar este tipo de investimentos nas suas carteiras de investimentos.

De acordo com Ashoka *et al.* (2020) os ativos intangíveis são a categoria de bens mais importante para uma empresa criar vantagens competitivas sobre outras empresas.

Para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 2019) o aumento do investimento em ativos intangíveis é de extrema importância uma vez que são considerados como o fator-chave de produtividade, inovação e crescimento de muitas empresas.

O desenvolvimento de novas tecnologias e a competitividade entre empresas alterou profundamente a natureza dos investimentos realizados pelas empresas, e os investimentos em recursos intangíveis conquistaram um papel cada vez mais significativo.

Segundo Rodrigues (2003) as grandes alterações ocorridas no mundo dos negócios, como consequência da inovação desencadeada pelo investimento em intangíveis e pelas operações de aquisição, provocaram uma erosão na relevância da informação financeira fornecida pelas empresas aos *stakeholders*.

Os ativos intangíveis são importantes fatores de diferenciação, contribuindo significativamente para a obtenção de importantes vantagens competitivas (Kaio *et al.*, 2006).

A criação de valor numa empresa deixou de depender apenas dos seus recursos financeiros e tangíveis, e os ativos intangíveis passaram a ter um papel fundamental na determinação do valor real de uma empresa (Cruz e Alves, 2013).

Nakamura (2010) salienta a menor importância atribuída aos ativos tangíveis e à produção em massa e maior relevância aos investimentos em ativos intangíveis baseados em novos produtos e serviços ocorridos nas empresas dos Estados Unidos.

De acordo com o relatório da OCDE (2006) verifica-se um crescimento e importância dos ativos intangíveis ou ativos intelectuais nos países com maior desenvolvimento económico.

Segundo a OCDE (2006) as empresas reconheceram atualmente a necessidade de investimento em ativos intangíveis, depois de tradicionalmente se terem focado nos ativos tangíveis, permitindo a obtenção de recursos diferenciadores capazes de sustentar o negócio por via da vantagem competitiva adquirida.

O investimento crescente das empresas em capital baseado no conhecimento superou o investimento em capital físico nalguns países, mesmo enfrentando os efeitos da crise global (OCDE, 2013).

3 - Metodologia de investigação

Com base na revisão da literatura, o estudo de Pereira *et al.* (2022), elaboramos as seguintes hipóteses de investigação presentes no quadro 1.

Quadro 1: Questões de investigação por tema e respetiva formulação de hipóteses de investigação

Tema VAB e Ativos intangíveis	Questão de investigação: Que relação existe entre o VAB e os ativos intangíveis no subsector da indústria do vestuário do setor têxtil português?
	Para o <u>subsector Indústria do vestuário</u> H1: Existe uma relação positiva entre o VAB e os Ativos Intangíveis
	Para o <u>subsector Indústria do vestuário</u> tendo em conta a <u>dimensão das empresas</u> H2: Existe uma relação positiva entre o VAB e os Ativos Intangíveis nas empresas micro H3: Existe uma relação positiva entre o VAB e os Ativos Intangíveis nas empresas pequenas H4: Existe uma relação positiva entre o VAB e os Ativos Intangíveis nas empresas médias H5: Existe uma relação positiva entre o VAB e os Ativos Intangíveis nas empresas grandes

Legenda: VAB-Valor Acrescentado Bruto

A metodologia utilizada na revisão da literatura assenta numa pesquisa bibliográfica, a metodologia usada na investigação empírica é de natureza quantitativa e a recolha de dados foi efetuada no Banco de Portugal.

“A investigação quantitativa em contabilidade, tal como em outros domínios do conhecimento, inclui o planeamento, a seleção da amostra, a recolha dos dados e os métodos de análise” (Ferreira e Sarmento, 2009:168).

A presente investigação analisa as empresas do setor têxtil, divisão 14 – Indústria do vestuário, empresas não financeiras portuguesas, no período de 2010 a 2017.

No quadro 2 é possível verificar o peso do subsector da indústria do vestuário dentro da população das empresas não financeiras portuguesas. Trata-se de uma amostra não-probabilística por conveniência, tendo em conta o objetivo da investigação.

Quadro 2: População e amostra em análise: nº de observações empresa/ano no período 2010-2017.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
População	1.145.390	1.113.559	1.065.173	1.098.409	1.128.258	1.163.082	1.196.102	1.242.693
Amostra:								
Indústria do vestuário	4.661	4.557	4.630	4.628	4.681	4.720	4.703	4.646

Fonte: Elaboração com base nos dados do INE e nos Quadros do setor da Central de Balanços do Banco de Portugal

A escolha do método de investigação influencia a forma como se procede à recolha e análise da informação bem como o tipo de documentos a que o investigador deverá recorrer dependerá do objetivo da sua investigação (Vieira *et al.*, 2009).

Nesta investigação utilizamos os dados contabilísticos da Informação Empresarial Simplificada, disponíveis nas estatísticas *online* do Banco de Portugal nos Quadros do Setor (2018).

As técnicas estatísticas implementadas são a estatística descritiva e a análise bivariada através do coeficiente de correlação linear de Pearson- ρ_p (paramétrico) para variáveis cuja sua distribuição seja normal e/ou em alternativa o coeficiente de correlação de Spearman- ρ_s (não paramétrico), que contempla a violação da distribuição da normalidade (teste de Shapiro Wilk) em pelo menos uma das distribuições das variáveis em análise.

Na análise estatística é utilizado o software R (R Core Team, (2022)).

Tendo em consideração as hipóteses presentes no quadro 2, e com a finalidade de se testar a relação/associação entre as variáveis já mencionadas, ir-se-á recorrer à análise bivariada, com o objetivo de poder corroborar (ou não) as hipóteses de investigação.

A estatística descritiva apresenta-se nos quadros 3 (segundo o ativo intangível / VAB) e 4 (por dimensão de empresas) enquanto que a análise bivariada se encontra no quadro 5.

Salvo indicação em contrário o nível de significância fixado será $\alpha=0,05$.

4 - Resultados empíricos e discussão

Nos quadros 3 e 4 apresentamos a estatística descritiva relativa aos ativos intangíveis e ao VAB, e no quadro 5 expomos os resultados dos coeficientes de correlação de Pearson (paramétrico) e de Spearman (não paramétrico), coeficientes esses que irão traduzir a intensidade da relação entre as variáveis.

Quadro 3: Análise descritiva 2010 – 2017: VAB & Ativos Intangíveis (milhares de €)

Variáveis	Média	DP	Mediana	Mín	Máx	Amp	G	C	EP	CV (%)
VAB Vestuário	1 061 167,38	137 679,19	1 027 571,50	927 376	1 281 479	354 103	0,37	-1,70	48 676,94	12,97
Ativos Intangíveis Vestuário	20 122,88	2 508,29	19 688,50	17 505	24 483	6 978	0,58	-1,32	886,82	12,46

Legenda: DP=desvio padrão; Máx=Máximo; Mín=Mínimo; Amp=Amplitude; G=coeficiente de assimetria; C=coeficiente de curtose; EP=Erro padrão; CV=Coefficiente de Variação
No período 2010-2017 os valores do VAB e Intangíveis no subsector do Vestuário no que diz respeito à média foram respetivamente de 1 061 167,38 (\pm 137 679,19) e 201 22,88 (\pm 2 508,29).

As referidas médias são bastante representativas do subsector uma vez que os respetivos coeficientes de variação (CV) são inferiores a 20%. Ambas as distribuições (VAB e Intangíveis) no que diz respeito à simetria são classificadas como assimétricas positivas. No que diz respeito ao achatamento (curtose) de ambas as distribuições, podemos classificá-las como platicúrticas.

Quadro 4: Análise descritiva 2010-2017 Subsetor Vestuário por dimensão de empresa (milhares de €)
Intangíveis

Dimensão	Média	DP	Mediana	Mín	Máx	Amp	G	C	EP	CV (%)
Micro	3 775,50	1 220,81	3 906,50	2 046	5 136	3 090	-0,50	-1,17	431,62	32,33
Pequena	4 667	697,69	4 902	3 628	5 488	1 860	-0,47	-1,64	246,67	14,95
Média	9 641,88	1 674,68	10 022	7 140	11 457	4 317	-0,37	-1,71	592,09	17,37
Grande	2 139,75	1 983,67	1 197	866	6 272	5 406	1,74	2,08	701,33	92,71

VAB

Dimensão	Média	DP	Mediana	Mín	Máx	Amp	G	C	EP	CV (%)
Micro	88 002,75	10 608,71	89 354,50	70 059	99 199	29 140	-0,55	-0,90	3 750,75	12,05
Pequena	384 221,12	34 293,22	375 773	343 896	434 867	90 971	0,41	-1,56	12 124,48	8,93
Média	474 210,88	75 843,33	448 958	397 172	599 071	201 899	0,69	-1,11	26 814,67	15,99
Grande	113 608,50	20 392,70	110 863	91 624	148 343	56 719	0,55	-0,90	7 209,91	17,95

Legenda: DP=desvio padrão; Máx=Máximo; Mín=Mínimo; Amp=Amplitude; G=coeficiente de assimetria; C=coeficiente de curtose; EP=Erro padrão; CV=Coefficiente de Variação.
Quando considerado o subsector do vestuário verifica-se quer nos Intangíveis quer no VAB as médias amostrais são superiores nas empresas de dimensão média e na pequena nesta respetiva ordem. Adicionalmente, poderemos considerar que as médias amostrais dos Intangíveis e do VAB nas empresas das referidas dimensões são muito representativas uma vez que os valores dos CV são inferiores a 20%. No caso do VAB as médias são representativas em todas as dimensões. Assinala-se uma elevada dispersão dos Intangíveis nas empresas de grande dimensão onde se pode constatar que o valor do desvio padrão (1 983,67) é muito

próximo ao da própria média amostral (2 139,75). A referida dispersão traduz-se na baixa representatividade da média nos intangíveis das grandes empresas, uma vez que o CV é muito elevado (92,71%). Tal situação verifica-se igualmente nas microempresas (32,33%). Ainda na distribuição dos intangíveis, as empresas de grande dimensão são caracterizadas por terem uma distribuição assimétrica positiva (1,74), forma essa antagónica à presente nas empresas de outras dimensões, todas elas com distribuições assimétricas negativas. No que diz respeito ao grau de achatamento da distribuição dos intangíveis são platicúrticas (valores inferiores a zero) em todas as dimensões de empresas à exceção das de grande dimensão que é leptocúrtica (valores superiores a zero). No que diz respeito ao coeficiente de assimetria, podemos afirmar que as distribuições do VAB são assimétricas positivas (valores do coeficiente de simetria > 0) em todas as dimensões de empresas à exceção nas microempresas. Quanto ao achatamento da distribuição do VAB por dimensão de empresa, conclui-se que em todas as categorias a distribuição é platicúrtica.

Quadro 5: Síntese dos resultados relativos a cada teste estatístico que permitem corroborar as hipóteses de investigação

Hipóteses	Leitura dos testes estatísticos utilizados para validar cada hipótese de investigação	Resultados empíricos
H1	O coeficiente de correlação linear de Pearson corrobora a existência de uma relação positiva muito forte e estatisticamente significativa entre VAB e Ativos Intangíveis no subsetor indústria do vestuário.	rp= 0,878; valor-p< 0,001
H2 a H5	O coeficiente de correlação linear de Pearson corrobora a existência de uma relação positiva assinalável e marginalmente significativa entre VAB e Ativos Intangíveis no subsetor indústria do vestuário nas médias empresas.	Micro: rp= -0,273; valor-p= 0,256 Pequena: rp= -0,1; valor-p= 0,407 Média: rp= 0,586; valor-p= 0,064 Grande: rs= 0,381; valor-p= 0,180

Com base na leitura do quadro 5, salienta-se que pelo coeficiente de correlação de Pearson (rp = 0,878) verifica-se uma relação muito forte com significância estatística (valor-p < 0,001) (Davis,1971: 49, citado por Guimarães, 2018: 31) entre ativos intangíveis e VAB no subsetor indústria do vestuário.

Se for considerada a análise tendo em conta a dimensão da empresa (micro, pequenas, médias e grandes) verifica-se uma correlação linear positiva nas empresas média e grande, enquanto que nas micro e pequenas empresas a correlação é linear negativa. Contudo, apenas nas médias empresas há significância estatística marginal (rp = 0,586; valor-p = 0,064, próximo do erro alfa =0,05).

Pereira *et al.* (2022) identificaram igualmente uma correlação linear positiva (rp = 0,772) e estatisticamente significativa (valor-p <0,01) entre ativos intangíveis e VAB (subsetor fabricação têxtil). À semelhança do estudo de Pereira *et al.* (2022) que verificaram uma relação positiva com significância estatística (rp = 0,7; valor-p <0,01) para as empresas de dimensão média no subsetor fabricação têxtil, no presente estudo para as médias empresas a relação é positiva (rp=0,586; valor-p <0,064) com significância estatística marginal.

5 – Conclusões

Na presente investigação foi elaborada a questão de investigação: existe relação o VAB e os ativos intangíveis no subsetor da indústria do vestuário do setor têxtil português?

Foi verificada a admissibilidade das hipóteses H_1 e H_4 , as restantes hipóteses não foram corroboradas (ausência de uma correlação estatisticamente significativa). Desta forma os ativos intangíveis afiguram-se como determinantes no desempenho do VAB neste subsetor.

Os resultados dos testes de hipóteses, patentes no quadro 5, permitem corroborar parcialmente a questão de investigação.

Os resultados permitem concluir que existe uma relação positiva muito forte entre os ativos intangíveis e o VAB, e uma relação positiva assinalável entre os ativos intangíveis e o VAB nas médias empresas, no subsetor indústria do vestuário.

Este trabalho pretende ser um contributo inovador para as comunidades académica e empresarial, por permitir um conhecimento aprofundado das relações entre os ativos intangíveis com o VAB, no período pós definimento da fileira têxtil (entre 2002 e 2009) e entrada em vigor do SNC (2010) para o subsetor da indústria do vestuário.

À semelhança de Pereira *et al.* (2022), os autores salientam que um maior número de publicações nestas temáticas permitiria uma maior comparabilidade dos resultados desejavelmente expectável, sendo por isso uma limitação inerente à investigação.

6 – Referências bibliográficas

- Aboody, D., & Lev, B. (2000). Information Asymmetry, R&D, and Insider Gains. *The Journal of Finance*, 55(6), 2747–2766. <https://doi.org/10.1111/0022-1082.00305>
- Almeida, A. S. (2018). *Transporte aéreo e desenvolvimento regional*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/84898>
- Alves, M., & Pascoal, M. (2017). Mensuração e reconhecimento contabilístico dos ativos biológicos: um estudo de caso. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 14, 46-66.
- Aparaschivei, L., Vasilescu, M., & Cătaniciu, N. (2011). The Impact of Investments and Gross Value Added upon Earnings. *Theoretical & Applied Economics*, 18(2), 207-218.
- Appleton, A. D., Barckow, A., Botosan, C., Yasunobu Kawanishi, Atsushi Kogasaka, Lennard, A., Mezon-Hutter, L., Sy, J., & Villmann, R. (2023). Perspectives on the Financial Reporting of Intangibles. *Accounting Horizons*, 37(1), 1–13. <https://doi.org/10.2308/horizons-2020-150>
- Ashoka, M., Nanjundaswamy, A., & Divyashree, M. (2020). Accounting for Intangible Assets: An Analysis of IFRS and Non-IFRS Based Accounting Standards. *Journal of accounting research and audit practices*, 1, 53–62.
- Bandeira, A. (2010). Valorização de Ativos Intangíveis Resultantes de Actividades de I&D. *Working Papers (FEP) - Universidade do Porto*, 262, 1-35.

- Barth, M. E. (2000). Valuation-based accounting research: Implications for financial reporting and opportunities for future research. *Accounting & Finance*, 40(1), 7–32. <https://doi.org/10.1111/1467-629x.00033>
- Basu, S., & Waymire, G. (2008). Has the importance of intangibles really grown? And if so, why? *Accounting and Business Research*, 38(3), 171–190. <https://doi.org/10.1080/00014788.2008.9663331>
- Białek-Jaworska, A. (2016). A Scientist in the Board Effect on Recognition of R&D Outcomes in Private Firms' Reports. *Journal of Accounting and Management Information Systems*, 15(4), 683–709.
- Biondi, Y., & Reberiou, A. (2012). The governance of intangibles: Rethinking financial reporting and the board of directors. *Accounting Forum*, 36(4), 279–293. <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2012.03.003>
- Cabral, R. F. R. (2022). *Posicionamento do destino Açores: uma análise comparativa*, Mestrado em Gestão do Turismo Internacional (Gestão dos Destinos Turísticos). Ponta Delgada: Universidade dos Açores. Disponível em [www:http://hdl.handle.net/10400.3/6585](http://hdl.handle.net/10400.3/6585).
- Cañibano, L. (2018). Accounting and intangibles: Contabilidad e intangibles. *Revista de Contabilidad-Spanish Accounting Review*, 21(1), 1–6.
- Cañibano, L., Garcia-Ayuso, M., & Sanchez, P. (2000). Accounting for intangibles: a literature review. *Journal of Accounting literature*, 19, 102–130.
- Castro, J. M. O. (2015). *O tratamento contabilístico-fiscal dos ativos intangíveis*. Dissertação de mestrado, Universidade Católica.
- Clausen, S., & Hirth, S. (2016). Measuring the value of intangibles. *Journal of Corporate Finance*, 40, 110–127. <https://doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2016.07.012>
- Comissão Europeia (2010). *Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*, 3. <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/6a915e39-0aab-491c-8881-147ec91fe88a/language-pt/format-PDF?msclid=4ae7aee1d08a11ec8ee3985da8d39ea0>. Acedido em abril de 2023.
- Correia, C., & Costa, V. (2016). Avaliação do Impacto dos fundos do QREN no desempenho económico e financeiro das PME: o caso da indústria transformadora do concelho de Barcelos. *Portuguese Journal of Finance, Management and Accounting*, 2(4), 76-99.
- Cruz, J. C. S., & Alves, M. T. V. D. (2013). Capital intelectual: práticas de divulgação de informação em empresas portuguesas. *Revista Universo Contábil*, 9 (2), 174-194.
- Dahmash, F. N., Durand, R. B., & Watson, J. (2009). The value relevance and reliability of reported goodwill and identifiable intangible assets. *The British Accounting Review*, 41(2), 120–137. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2009.03.002>
- Direção Geral das Atividades Económicas (2018). *Sinopse Têxtil Vestuário*. <https://www.dgae.gov.pt/sinopse-textil-vestuario>. Acedido em abril de 2023.
- Dumitrescu, A. S., (2012). Intangible asset: Are these resources sufficiently visible and properly controlled? *Journal of Accounting and Management information systems*, 11 (4), 545-563.

- Elbannan, M. A., & Elbannan, M. A. (2015). Information content of SFAS 157 fair value reporting. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 25, 31–45. <https://doi.org/10.1016/j.intaccaudtax.2015.10.001>
- Figueira, M. F. (2005). *Formação profissional e a produtividade no setor hoteleiro: um problema para o desenvolvimento sustentável da Madeira*. Dissertação de Mestrado, Universidade da Madeira. <http://hdl.handle.net/10400.13/249>
- García-Ayuso, M. (2003). Factors explaining the inefficient valuation of intangibles. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 16(1), 57-69.
- García-Merino, J. D., Arregui-Ayastuy, G., Rodríguez-Castellanos, A., & Vallejo-Alonso, B. (2011). Motives for the financial valuation of intangibles: reasons and results. In Identifying, measuring, and valuing knowledge-based intangible assets: *New perspectives*. IGI Global, 309-335.
- Goodwin, J., Ahmed, K., & Heaney, R. (2008). The Effects of International Financial Reporting Standards on the Accounts and Accounting Quality of Australian Firms: A Retrospective Study. *Journal of Contemporary Accounting & Economics*, 4(2), 89–119. [https://doi.org/10.1016/s1815-5669\(10\)70031-x](https://doi.org/10.1016/s1815-5669(10)70031-x)
- Gumbau-Albert, M., & Maudos, J. (2022). The importance of intangible assets in regional economic growth: a growth accounting approach. *The Annals of Regional Science*. <https://doi.org/10.1007/s00168-022-01138-6>
- Ho, S., Sidhu, B. K., & Yang, F. (2023). The response of Australian firms to AASB 138 disallowing the recognition of internally generated identifiable intangibles. *Accounting & Finance*. <https://doi.org/10.1111/acfi.13052>
- Høegh-Krohn, N. E. J., & Knivsflå, K. H. (2000). Accounting for Intangible Assets in Scandinavia, the UK, the US, and by the IASC: Challenges and a Solution. *The International Journal of Accounting*, 35(2), 243–265. [https://doi.org/10.1016/S0020-7063\(00\)00048-0](https://doi.org/10.1016/S0020-7063(00)00048-0)
- Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (2022). Setor Têxtil e Vestuário. https://www.iapmei.pt/PRODUTOS-E-SERVICOS/Industria-e-Sustentabilidade/Informacao-Setorial/DOCS_InfSetorial/TextilVest07062022.aspx. Acedido em abril de 2023.
- Ittner, C. D. (2008). Does measuring intangibles for management purposes improve performance? A review of the evidence. *Accounting and Business Research*, 38(3), 261–272. <https://doi.org/10.1080/00014788.2008.9663338>
- Johanson, U., Mårtensson, M., & Skoog, M. (2001). Measuring to understand intangible performance drivers. *European Accounting Review*, 10(3), 407–437. <https://doi.org/10.1080/09638180120081562>
- Johnson, P. M., Lopez, T. J., & Sorensen, T. L. (2020). Did SFAS 141/142 improve the market’s understanding of net assets, goodwill, or other intangible assets? *Review of Quantitative Finance and Accounting*. <https://doi.org/10.1007/s11156-020-00912-x>
- Kaio, E. K., Kimura, H., Martin, D. L., & Nakamura, W. T. (2006). Ativos Intangíveis, ciclo de vida e criação de valor. *Revista de Administração Contemporânea*, 10(3), 73-90.

- Kallapur, S., & Kwan, S. Y. S. (2004). The Value Relevance and Reliability of Brand Assets Recognized by U.K. Firms. *The Accounting Review*, 79(1), 151–172. <https://doi.org/10.2308/accr.2004.79.1.151>
- King, Z., Linsmeier, T., & Wangerin, D. D. (2019). Differences in the Value Relevance of Identifiable Intangible Assets Acquired in Business Combinations. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3438250>
- Ledoux, M. J. e Cormier, D., (2013). Market assessment of intangibles and voluntary disclosure about innovation: the evidence of IFRS. *Review of Accounting and Finance*, 12 (3), 286-304.
- Leite, S. A. M. (2021). *Produtividade no setor do turismo: determinantes e desafios, uma aplicação à economia portuguesa*, Dissertação de Mestrado em Economia Industrial e da Empresa, Universidade do Minho.
- Lev, B., & Sougiannis, T. (1999). Penetrating the Book-to-Market Black Box: The R&D Effect. *Journal of Business Finance Accounting*, 26(3-4), 419–449. <https://doi.org/10.1111/1468-5957.00262>
- Liebowitz, J., & Suen, C. Y. (2000). Developing knowledge management metrics for measuring intellectual capital. *Journal of Intellectual Capital*, 1(1), 54–67. <https://doi.org/10.1108/14691930010324160>
- Lim, S. C., Macias, A. J., & Moeller, T. (2020). Intangible assets and capital structure. *Journal of Banking and Finance*, 118, 105873. <https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2020.105873>
- Lönnqvist, A. (2002). Measurement of intangible assets—an analysis of key concepts. *Frontiers of E-business Research*, 27, 275-94.
- Lopes, I. T. (2009). *A problemática dos Intangíveis-Análise do setor da aviação civil em Portugal*. Tese de Doutoramento em Gestão de Empresas, Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/9708>
- Lopes, I. T. (2013): *A Gestão do Capital Intelectual e dos Intangíveis na Era do Conhecimento*, Escolar Editora, Lisboa.
- McGrattan (2017). Intangible capital and measured productivity, NBER Working paper 23233
- Nakamura, L. (2010). Intangibles assets and National income accounting. *Review of Income & Wealth*, 56(Supplement. 1), 135-155.
- Nichita, M. E. (2019). Intangible assets—insights from a literature review. *Journal of Accounting and Management Information Systems*, 18(2), 224-261.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2006). *Intellectual Assets and Value Creation: Implications for Corporate Reporting*. OCDE: <https://www.oecd.org/corporate/ca/corporategovernanceprinciples/37811196.pdf>. Acedido em janeiro de 2023.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2013). *Supporting Investment in knowledge Capital, Growth and Innovation* OECD Publishing. OECD Multilingual Summaries (Summary in Portuguese): <https://www.oecdilibrary.org/docserver/9789264193307-sumpt.pdf?> Acedido em janeiro de 2023.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2019). *Productivity growth and finance: the role of intangible assets- a sector level analysis*. Economics Department, *Working Papers* n.º 1547.
- Pastor, D., Glova, J., Lipták, F., & Kovác, V. (2017). Intangibles and methods for their valuation in financial terms: literature review. *OmniaSciense - Intangible Capital*, 13(2), 387-410.

- Pereira, A., Ferreira, L. S. & São João, R. (2022). Ativos intangíveis e valor acrescentado bruto – análise do subsector fabricação de têxteis. In *Atas do XX Encontro Internacional AECA* (pp.). ISBN 978-84-19167-49-1.
- Pereira, O., Vieira, E., & Gomes, S. (2017). A competitividade regional externa das NUTS II de Portugal e Espanha. *European Journal of Applied Business Management*, 3 (1), 68-85. <http://hdl.handle.net/1822/45809>
- Perez, M. M., & Famá, R. (2006). Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. *Revista Contabilidade & Finanças-USP*, 17(40), 7-24.
- Pozen, R. C. (2009). Is it fair to blame fair value accounting for the financial crisis? *Harvard Business Review*, 87(11), 84-92.
- R Core Team (2022). R: A language and environment for statistical computing. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. URL <https://www.R-project.org/>.
- Rodrigues, A. G. (2003). *O goodwill nas contas consolidadas: uma análise dos grupos não financeiros portugueses*. Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/467>
- Rodrigues, J. (2022) Sistema de Normalização Contabilística Explicado. 8ª Edição. Porto Editora.
- Rodrigues, R. (2012). *Análise económica da fileira florestal*. Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.5/5229>
- Rua, S., Silva, L., Quesado, P. (2017) A mensuração e a gestão dos ativos intangíveis: estudo dos normativos contabilísticos português e espanhol. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11110/1370>.
- Russell, M. (2015). Management incentives to recognise intangible assets. *Accounting & Finance*, 57, 211–234. <https://doi.org/10.1111/acfi.12154>
- Silva, E. S. (2014). Ativos Intangíveis - *Abordagem contabilística, fiscal e auditoria*. Vida Económica, Porto.
- Silva, L. R., Rua, S. C. & Quesado, P. R. (2017). A problemática dos ativos intangíveis: análise comparativa ao normativo contabilístico português. *European Journal of Applied Business and Management-Special Issue*, 39-56.
- Silva, M. L. R., Rua, S. C., & Quesado, P. R. (2016). O tratamento contabilístico dos ativos intangíveis: SNC versus SNC-AP. *Congresso Internacional de Contabilidade Pública*. <https://www.occ.pt/news/cicpublica2016/pdf/26.pdf>. Acedido em janeiro de 2023.
- Stolowy, H., & Jeny-Cazavan, A. (2001). International accounting disharmony: the case of intangibles. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 14(4), 477–497. <https://doi.org/10.1108/09513570110403470>
- Tulvinschi, M. (2019). Recognition and assessment of identifiable and unidentifiable intangible assets. *The USV Annals of Economics and Public Administration*, 18(2 (28)), 99-106.
- Wyatt, A. (2005). Accounting Recognition of Intangible Assets: Theory and Evidence on Economic Determinants. *The Accounting Review*, 80(3), 967–1003. <https://doi.org/10.2308/accr.2005.80.3.967>
- Wyatt, A. (2008). What financial and non-financial information on intangibles is value-relevant? A review of the evidence. *Accounting and business Research*, 38(3), 217-256.

Yao, D. F. (Troy), Percy, M., & Hu, F. (2015). Fair value accounting for non-current assets and audit fees: Evidence from Australian companies. *Journal of Contemporary Accounting & Economics*, 11(1), 31–45. <https://doi.org/10.1016/j.jcae.2014.12.003>